

MANIFESTO PELA CRIAÇÃO DE UM PLANO DE EQUIDADE RACIAL E DE GÊNERO EM FRANCA

No ano de 2020 o Estatuto de Igualdade Racial completou 10 anos de sua implementação. No entanto, são incontestáveis as desigualdades raciais e de gênero ainda vivenciadas em nosso país e, em consequência, no município de Franca o que torna imprescindível a criação de um Plano Municipal de Equidade Racial e de Gênero.

De acordo com os dados do Mapa da Violência (Ipea, 2019), quando se analisa a década entre 2008 e 2018, a taxa de homicídio de mulheres negras aumentou 12,4% ao passo que diminuiu em 11,7% entre as mulheres não-negras. Entretanto, em um levantamento de dados realizado pela Promotoria de Justiça Criminal de Franca sobre Violência Doméstica e Familiar que analisou 409 Boletins de Ocorrência, no período entre outubro de 2018 a outubro de 2019, foi identificado que 74% dos registros foram realizados por mulheres branca, 21% por mulheres pardas e 5% por mulheres negras.

Ainda é fundamental destacar que além do não alcance das Políticas Públicas para população negra, a população LGBTQIA+ permanece na invisibilidade, mesmo sendo o Brasil o país que mais registrou homicídios de pessoas transgêneras, em 2016, segundo dado da ONG Transgender Europe. Cabe ressaltar que esses indicadores são de situações em que os registros foram realizados, ou seja, existem muitos casos subnotificados, pois não há a inclusão das variáveis de gênero e raça na maioria das Políticas Públicas .

Em pesquisa realizada nos Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS Centro e Moema deste município, em 2020, com adolescentes em situação de exploração pelo trabalho infantil, identificou-se que 72% são pretos e pardos e 87% são do sexo masculino, evidenciando outra violação de direito que é atravessado por questões étnico-raciais.

Diante do exposto torna-se claro que as Políticas Públicas não conseguem garantir a proteção e acesso a direitos de forma justa. Nesse sentido, o Manifesto reivindica a construção de um Plano de Equidade Racial e de Gênero em Franca, com abertura de consulta pública, em caráter prioritário.